

Narrativas do genocídio de Ruanda – o conceito de novas guerras

Danielle Theodoro Canício¹

Hiroshi Luiz Nogueira²



Refugiados ruandeses em fila para a distribuição de água em 1994, perto do acampamento de Kibumba, em Goma, no antigo Zaire Foto: Sebastião Salgado. El País.

RESUMO

O presente artigo se propõe estudar o debate acerca do genocídio de Ruanda, em 1994, sob a ótica do conceito de Novas Guerras de Mary Kaldor, exposto em seu livro “New and Old Wars”. Tal conceito introduz a ênfase em variáveis antes não compreendidas pelas análises modernas tradicionais que tinham como cerne a noção de guerra Carl von Clausewitz, na qual o Estado emprega sua força através de um cálculo racional e de forma subalterna a política. Segundo Kaldor, durante os anos 1980 e 1990 uma nova forma de violência organizada se desenvolveu, especialmente na África e no Leste Europeu, como um aspecto da atual era globalizada e esta nova forma de violência, denominada “novas guerras”, está apontada em distinção das usuais formas de guerra de eras anteriores.

Palavras-chave: narrativas; genocídio; Ruanda.

¹ Bacharel em Relações Internacionais – UNESA/RJ – daniellecanicio2@gmail.com

² Bacharel em Relações Internacionais – UNESA/RJ - hiroschi.nogueira@gmail.com

INTRODUÇÃO

Ruanda, e a região aonde Burundi se encontra hoje, eram habitados por três etnias regionais durante a época da colonização alemã. Eram elas: Hutu (85% da população), Tutsi (14%) e Twa (1%).

Por volta do século XIV, tribos das etnias hutu e twa (pigmeus) conviviam pacificamente em comunidades baseadas na agricultura e no escambo.

Gradualmente, grupos de pastores nômades da etnia tutsi passaram a fixar-se na região, impondo-se economicamente sobre as demais tribos. Em meados do século XVII, os tutsis haviam estabelecido um sólido império, transformando hutus e twas em vassallos e clientes, com a tarefa de pastorear rebanhos e cuidar das plantações.

A presença europeia remonta ao final do século XIX, quando o território foi incorporado à África Oriental Alemã. Com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, a Bélgica assumiu o controle da região, então denominada Ruanda-Urundi.³

Conforme Alexandre dos Santos Silva, começou em Ruanda ainda durante a colonização alemã uma política de favorecimentos que clivou a sociedade ruandesa já em fins do século XIX. Os colonizadores belgas incitaram ainda mais as diferenças entre a população Tutsi (que ocupava os cargos mais importantes na administração colonial) e Hutu, agravando o ressentimento entre as duas classes populacionais.

Os belgas iniciaram uma transição visando a independência de Ruanda, e para tal, retiraram as posições mais importantes da administração colonial dos Tutsis e as colocaram sob as mãos dos Hutus, incitando ainda mais o ódio entre eles. Dessa forma, os Hutus participaram das altas esferas governamentais e usufruíram de todos os benefícios negados anteriormente a eles, no período colonial.

A análise do conflito de Ruanda, aqui, dará a partir do referencial teórico elaborado pela autora Mary Kaldor (1999) em seu livro “New and Old Wars” no qual é desenvolvido o conceito de “novas guerras” conforme exposto pela mesma. Segundo Kaldor, durante os anos 1980 e 1990 uma nova forma de violência organizada se desenvolveu, especialmente na África e no Leste Europeu, como um aspecto da atual era globalizada e esta nova forma de violência, denominada “novas guerras”, está apontada em distinção das usuais formas de guerra de eras anteriores. Conforme explica a autora:

³ http://www2.mre.gov.br/Deaf/daf_3/ruanda2.htm Acesso em em 09/10 as 10:>20h

(...) the new wars involve a blurring of the distinctions between war (usually defined as violence between states or organized political groups for political motives), organized crime (violence undertaken by privately organized groups for private purposes, usually financial gain) and large-scale violations of human rights (violence undertaken by states or politically organized groups against individuals)⁴.

Usualmente na literatura acerca de conflitos internacionais o termo “novas guerras” está diretamente ligado a guerras internas ou civis, como conflitos de baixa intensidade. No entanto, no desenvolvimento teórico aqui proposto, identifica-se nesses novos conflitos uma ampla gama de conexões transnacionais de modo que a distinção entre interno e externo, entre agressão (ataques do exterior) e repressão (ataques de dentro do país), ou entre local e global torna-se de difícil identificação, fazendo com que a definição de novas guerras ganhe uma maior relevância para a explicação do conflito ruandês, objeto deste artigo.

A construção do conceito de novas guerras está diretamente ligada a outro termo muito em voga na literatura acadêmica, qual seja, o conceito de globalização.

O impacto da globalização é visível em muitas das novas guerras. A presença global nessas guerras podem incluir repórteres internacionais, tropas mercenárias e conselheiros militares, voluntários bem como uma série de agências internacionais que vão desde ONGs (como a Oxfam e Médicos Sem Fronteiras) a instituições internacionais como a União Europeia e a ONU e suas agências.

Esse impacto atinge, também, frontalmente, as narrativas dos conflitos.

Chimamanda Adichie nos alerta para o perigo de uma única história. E a história contada no ocidente é a história contada pelo colonizador. Nos alerta:

É impossível falar sobre única história sem falar sobre poder. Há uma palavra, uma palavra da tribo Igbo, que eu lembro sempre que penso sobre as estruturas de poder do mundo, e a palavra é “nkali”.

É um substantivo que livremente se traduz: “ser maior do que o outro”. Como nossos mundos econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do “nkali”. Como é contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Poder é a habilidade de não só contar a história de outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa.⁵

Diz ainda que:

Depreende-se, então, ser necessário ter “outras histórias”. Outras narrativas, que não somente as das mídias tradicionais dos países diretamente envolvidos e repletos de interesses nesses conflitos.

⁴ KALDOR, Mary. *New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era*. Cambridge/Stanford: Polity Press/Stanford UP. 1999. Pg 2

⁵ (<https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>) Acesso em 08/10 as 11:>20h

A História por trás do “conflito”

Em março de 1957, nove intelectuais publicaram o “Manifesto Hutu”, declarando Ruanda uma nação Hutu e caracterizando os Tutsis como invasores estrangeiros. Essa manifestação marcou o amadurecimento do pensamento político ruandês, já dividido entre grupos étnicos Hutus e Tutsis. O primeiro caso de violência política aconteceu em novembro de 1959, quando um ativista político Hutu foi espancado por outros ativistas Tutsis. O espancamento de Dominique Mbonyumutwa acendeu o rastilho da pólvora do ódio étnico que vinha se acumulando por décadas. Em uma semana a violência de grupos Hutus contra alvos Tutsis havia se alastrado por toda a região.

Ainda em 1959, Os tutsis fundaram a União Nacional Ruandesa (UNAR), partido político independentista e conservador, a favor da manutenção da monarquia de Kigeri V. A maioria da população, integrada pelos hutus e com o apoio tácito da Bélgica, organizou-se no PARMEHUTU ou Movimento Democrático Republicano (MDR-P).

Em janeiro de 1961, os belgas aboliram formalmente a Monarquia e instituíram a República, estabelecendo um governo de transição no qual foram divididas as cadeiras entre representantes dos dois grupos.⁶ Foi então que Ruanda teve sua independência formal e um presidente Hutu – Grégoire Kayibanda – que passou a justificar as perseguições contra os Tutsis como represália às invasões de grupos de refugiados armados que invadiam o território ruandês. Em dezembro de 1963, um desses grupos guerrilheiros conseguiu, em poucos dias, chegar a 20 km de Kigali antes de ser liquidado pelas forças Hutus. O governo anunciou um “estado de emergência”, senha para mais um massacre de Tutsis entre dezembro de 1963 e janeiro de 1964. A população que não foi morta juntou-se em mais um fluxo de refugiados para os países vizinhos.

Tal situação, somada à acusação de que o Governo favorecia as tribos hutus do Centro e Sul do país, resultou no golpe militar de 5 de julho de 1973, liderado pelo Major-General Juvenal Habyarimana, um hutu oriundo do Norte de Ruanda. O novo Governo suspendeu a Constituição, dissolveu o PARMEHUTU e aboliu o sistema parlamentarista.

Com a chamada “II República”, iniciou-se período de reconciliação nacional. Em 1975, Habyarimana fundou o Movimento Revolucionário para o Desenvolvimento (MRND), declarado partido único pela Constituição promulgada em 1978. Em meados de 1990, o Presidente chegou a anunciar um projeto de democratização, que incluía o multipartidarismo e a elaboração de nova Constituição, porém, ao mesmo tempo intensificava a repressão aos defensores das reformas, obrigados a fugir para o exílio.

⁶ Porém, em relatórios da ONU constatou-se que logo depois que os belgas simplesmente substituíram um regime autoritário por outro, já que o governo provisório contava com Hutus em postos que exerciam o poder de fato, enquanto os Tutsis detinham cadeiras secundárias.

Em 1º de outubro de 1990, no entanto, refugiados tutsis organizados na Frente Patriótica de Ruanda (RPF) lançaram uma invasão a partir de Uganda, com o apoio daquele país. As forças rebeldes chegaram até a periferia de Kigali, onde foram repelidas pelo exército ruandês, apoiado por tropas zaienses e “consultores” militares franceses e belgas. A invasão resultou no massacre de milhares de hutus, além do deslocamento interno, para áreas seguras, de cerca de 1 milhão de pessoas daquela etnia. Essa ação forçou o presidente eleito em 1973 – Juvenal Habyarimana – a aparentemente promover esforços pela reinserção social dos Tutsis e para repatriar os refugiados, o que descontentou tanto a população Tutsi quanto os movimentos extremistas Hutus, aumentando a pressão político-social no país.

Em março de 1991, foi assinado acordo de cessar-fogo, ao qual se seguiram reformas, como o estabelecimento do multipartidarismo e a elaboração da nova Constituição em meados de 1992. Dismas Nsengiyaremye foi nomeado Primeiro-Ministro, formando um governo com representantes do MRND e do recém-legalizado MDR (antigo PARMEHUTU). As negociações de paz com a RPF culminaram, em 1993, na assinatura dos acordos de Arusha, estipulando a formação de governo transitório com participação de representantes da guerrilha, bem como a criação de exército nacional integrado por tropas regulares e combatentes da RPF. Em apoio à iniciativa de pacificação, o Conselho de Segurança da ONU adotou a Resolução 872 (1993), estabelecendo a missão de paz em Ruanda - UNAMIR. Os termos do acordo de Arusha foram abertamente rejeitados, contudo, por facções do MRND, sobretudo a Coalizão para a Defesa da República (CDR), que começou a recrutar e armar milícias hutus.

De 1990 a 1994 os jornais e rádios foram utilizados para disseminar ideias hostis contra os Tutsis. De acordo com a ONG Human Rights Watch, foram encontradas notas com estudos de métodos de propaganda analisados por um acadêmico francês – Roger Mucchielli. Um dos métodos descrevia como persuadir pessoas de que os oponentes intencionam utilizar-se do terror contra eles.

Em abril de 1994, o avião aonde estava o presidente Habyarimana foi abatido por um míssil, e tal fato veio a ser o estopim para mais um massacre da população Tutsi e por levar o país ao caos social e ao colapso as instituições estatais.

A Human Rights Watch afirma em suas análises e pesquisas sobre o conflito que os organizadores do conflito de Ruanda utilizaram a ideologia e as divisões construídas durante séculos para legitimar e espalhar o ódio entre as etnias Hutu e Tutsi.⁷

⁷<https://www.hrw.org/legacy/backgrounder/africa/rwanda0406/rwanda0406.pdf> Acesso em em 08/10 as 11:>50h

De acordo com Alexandre dos Santos Silva:

No dia seguinte à morte dos presidentes de Ruanda e do Burundi, a RTML começou a responsabilizar a RPF e a Unamir pelo assassinato do presidente. A tensão étnica finalmente explodiu. Durante a madrugada, logo depois dos primeiros anúncios da morte, as ruas da capital foram tomadas por soldados da guarda presidencial de elite, que, com listas nas mãos, invadiam as casas daqueles que deveriam “ser mortos antes do amanhecer”. Entre os alvos estava a Primeiro-Ministra Hutu, Agathe Uwilingiyimana, morta no jardim da própria casa ao tentar fugir. Os dez soldados belgas enviados para proteger Uwilingiyimana foram obrigados a depor armas. Levados prisioneiros para uma base militar no centro de Kigali, foram torturados, mortos e mutilados. (pg 82)

A matança foi, então, iniciada. A primeira estimativa sobre o número de mortos em Ruanda foi levantada pela Human Rights Watch em 24 de abril de 1994, quando se mencionou que mais de 100 mil pessoas haviam sido assassinadas em menos de um mês. Quatro dias depois a ONG Médicos Sem Fronteiras divulgava que o número de vítimas era de, no mínimo, o dobro do que havia sido divulgado pela Human Rights Watch. Em 5 de maio a Rádio Muhambura, da RPF, divulgava uma estimativa de mais de 500 mil mortos. Em meados de maio a contagem de corpos foi feita em Kigali pelos funcionários da limpeza pública, que retiraram 60 mil corpos das ruas da capital. Em 3 de junho a RPF declarou que um milhão de pessoas haviam morrido. Esse número seria confirmado por Charles Petrie, vice-coordenador da unidade de emergência da ONU em Ruanda, no dia 24 de agosto de 1994. Porém, em 2 de outubro, a ONU divulgou um relatório em Nova York no qual estimava oficialmente entre 500 mil e um milhão de mortos.⁸

O genocídio ruandês como “nova guerra”.

Analisando os aspectos do genocídio ruandês de 1994, notamos que ele pode ser enquadrado na categoria de “novas guerras” desenvolvido pela autora Mary Kaldor, conforme exposto anteriormente.

O termo “novas guerras” pode ser relevante para a compreensão e diferenciação do genocídio ruandês em relação a outros conflitos anteriormente ocorridos.

Estão presentes no genocídio de Ruanda vários aspectos importantes, dentre eles, os conflitos de identidades.

Analisando a questão identitária de hutus e tutsis no genocídio ruandês, e seguindo a linha desenvolvida por Kaldor, depreende-se:

⁸ SILVA, Alexandre dos Santos. A Intervenção Humanitária em três quase-estados africanos: Somália, Ruanda e Libéria. 2004. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004

I use the term “identity politics” to mean movements which mobilize around ethnic, racial or religious identity for the purpose of claiming state Power. And I use the term “identity” narrowly to mean a form of labeling. Whether we are talking about tribal conflict in Africa, religious conflict in the Middle East or South Asia, or nationalist conflict in Europe, the common feature is the way in which labels are used as a basis for political claims. Such conflicts are often described as ethnic conflicts⁹.

A autora segue seu desenvolvimento mostrando como as idealizações identitárias podem não necessariamente ser consubstanciadas em um fato real-específico. Na verdade a construção de uma história de “guerras libertacionárias” e “movimentos de resistência” contra determinado agressor ou colonizador é um instrumental político constante na mitificação e na afirmação de identidades étnico-políticas que legitimam ações de cunho afirmativo que muitas vezes se dão através da utilização de métodos constantes de violência sistemática. Prossegue Kaldor,

(...) identity politics tends to be fragmentative, backward-looking and exclusive. Political grouping based on exclusive identity tend to be movements of nostalgia, based on the reconstruction of an heroic past, the memory of injustices, real or imagined, and of famous battles, won or lost. They acquire meaning through insecurity, through rekindled fear of historic enemies, or through a sense of being threatened by those with different labels. Labels can always be divided and subdivided. There is no such thing as cultural purity of homogeneity. Every exclusive identity-based polity necessarily generates a minority. At best, identity politics involves psychological discrimination against those labeled differently. At worst, it leads to population expulsion and genocide.

Incitações de ódio de hutus contra tutsis eram, muitas das vezes, baseadas na afirmação de que historicamente os hutus haviam sido oprimidos e perseguidos pelos tutsis e que o extermínio de tutsis era, na verdade, uma resposta aos anos de opressões e uma correção das injustas políticas étnicas aplicadas em Ruanda desde o tempo da colonização Belga.

Em dezembro de 1990, o jornal hutu *Kangura*, que significa “Acorde” havia publicado uma lista com “os Dez mandamentos do Hutu” no qual constava regras de comportamento de hutus perante tutsis:

1. Todo hutu deve saber que uma mulher tutsi, seja ela quem for, serve ao interesse do grupo étnico tutsi. Assim sendo, consideraremos traidor qualquer hutu que desposar uma mulher tutsi, ajudar uma mulher tutsi ou empregar uma mulher tutsi como secretária ou concubina.
2. Todo hutu deve saber que nossas filhas hutus são mais adequadas e conscienciosas em seu papel de mulher, esposa e mãe de família. Que elas são bonitas, boas secretárias e mais honestas.
3. Mulheres hutus, sejam vigilantes e procurem abrir os olhos de seus maridos, irmãos e filhos.

⁹ KALDOR, Mary. *New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era*. Cambridge/Stanford: Polity Press/Stanford UP. 1999. Pag. 77

4. Todo hutu deve saber que todo tutsi é desonesto nos negócios. Seu único objetivo é a supremacia de seu grupo étnico. Assim sendo, qualquer hutu que praticar essas ações é traidor: ter sociedade com um tutsi em um negócio, investir seu dinheiro ou dinheiro do governo em uma empresa tutsi, emprestar dinheiro a um tutsi ou tomar dinheiro emprestado de um tutsi e favorecer um tutsi nos negócios (concedendo licenças de importação, empréstimos bancários, canteiro de obras, mercados públicos etc.
5. Todos os cargos estratégicos, políticos, administrativos, econômicos, militares e de segurança devem ser ocupados por hutus..
6. No setor de educação (escolares, estudantes universitários, professores) a maioria deve ser hutu.
7. As Forças Armadas Ruandesas devem ser exclusivamente formadas por hutus. A experiência de outubro de 1990 nos ensinou uma lição. Nenhum militar deve casar-se com uma tutsi.
8. Os hutus devem parar de ser clementes com tutsis.
9. Os hutus, estejam onde estiverem, deverão ter união e solidariedade, e se interessar pelo destino de seus irmãos hutus: os hutus dentro e fora de Ruanda devem constantemente procurar amigos e aliados para a causa hutu, começando por seus irmãos bantos; devem opor-se constantemente à propagando tutsi; os hutus devem ser firmes e vigilantes contra seu inimigo comum, os tutsis.
10. A Revolução Social de 1959, o Referendo de 1961 e a Ideologia Hutu devem ser ensinados a todo hutu em todos os níveis. Todo hutu deve disseminar amplamente essa ideologia. Todo hutu que perseguir um irmão hutu por ter lido, disseminado e ensinado essa ideologia é traidor¹⁰.

Conforme nos mostra Power (2003), em novembro de 1992, Leon Mugesera, membro do partido do presidente Habyarimana, em discurso de assembléia do Movimento Revolucionário Nacional, declarou que “o erro fatal que cometemos em 1959 foi deixar os tutsis escaparem, pois o lugar deles é na Etiópia e vamos encontra um talho para chegarem lá jogando-os no rio Nyabarongo¹¹”. Como prática usual em caso de genocídio, os hutus declaravam que os tutsis pretendiam exterminá-los e a única forma de evitar esse destino seria atacando-os e exterminando-os primeiramente.

Não podemos, no entanto, desconsiderar que grande responsabilidade dessa divisão étnica, e sua posterior utilização como meio de obter respaldo e força militar para o massacre, tenha sido fruto da própria administração belga. Conforme nos indica Gourevitch (1998),

Após a I Guerra Mundial a Liga das Nações outorgou mandato de tutela de Ruanda à Bélgica. Dessa forma, a administração colonial belga resolveu reorganizar a estrutura da sociedade local de acordo

¹⁰ POWER, Samantha. Genocídio - A Retórica Americana em Questão. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, 693 páginas. Pag. 389

¹¹ POWER, Samantha. Genocídio - A Retórica Americana em Questão. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, 693 páginas Pag. 390

com suas próprias idéias sobre dominação racial a fim de atender seus propósitos no país¹².

Ivan Marques (2007) segue na mesma linha de raciocínio ao identificar o início das animosidades entre os dois grupos étnicos a partir da divisão política estabelecida pelos belgas:

Antes da administração belga a relação entre tutsi e hutus era razoavelmente pacífica. Os tutsis pertenciam à elite política e econômica por serem proprietários de gado, enquanto os hutus tradicionalmente trabalhavam com a agricultura, embora essa estrutura nunca tivesse sido fixa. Apesar disso, ambas etnias falavam a mesma língua, os casamentos entre ambas etnias eram comuns e as diferenças econômicas e sociais nunca

havia resultado em conflitos violentos entre os grupos. A tensão entre os dois grupos começou quando a política colonizadora belga determinou que os tutsis eram “civilizados” em oposição aos hutus, considerados de “raça inferior”. Ao politizar as diferenças entre as tribos em termos raciais e explicitamente privilegiar os tutsis como grupo dominante, a administração colonial belga gerou a privação

de recursos fundamentais como terra e comida de uma tribo em favor de outra, criando uma rivalidade étnica nunca existente¹³.

Uma segunda característica das “novas guerras” apontada por Kaldor e mencionada anteriormente diz respeito à forma pela qual estes novos conflitos são travados. Em oposição à forma vertical de organização militar tradicional, os novos conflitos possuem uma dinâmica menos convencional e bem mais peculiar de formação de seus aparatos de combate, sendo utilizados diferentes grupos de combate, como gangues criminosas, unidades paramilitares e mesmo forças policiais. Mais uma vez podemos apontar no desdobramento do conflito ruandês essa especificidade de forma de combate, uma vez que as práticas de violência não foram concentradas contra um exército unitário declarado e não tiveram direcionamento a partir somente de uma força armada específica:

Em 1992 foi formada a Coalizão para a Defesa da República (CDR), um grupo extremista anti-tutsi que articulava a máquina do genocídio sobre quatro

elementos chave: (1) os arquitetos da “solução final” – que era o nome dado ao extermínio de todos os tutsis em Ruanda; (2) os organizadores rurais, responsáveis por organizar listas de tutsis e hutus moderados para o extermínio; (3) as milícias armadas, formadas pelas alas jovens da MNRD (Movimento Nacional para a Revolução e o Desenvolvimento) e CDR(a *interahamwe* e a

¹² GOUREVITCH, Philip. We wish to inform you that tomorrow we will be killed with our families: stories from Rwanda. Londres: Picador, 1998. p. 55.

¹³ MARQUES, Ivan Contente. Intervenções humanitárias: aspectos políticos, morais e jurídicos de um conceito em (trans) formação. 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. pag. 137

impuzamugambî); e (4) a Guarda Presidencial que provia apoio aos esquadrões da morte quando necessário¹⁴

Nesse tipo de conflito, o objetivo é controlar a população “se livrando” de todos os possuidores de uma identidade (no caso de Ruanda, uma etnia) diferente. Desta forma, o objetivo estratégico nesses conflitos é a expulsão/extermínio da população-alvo desses territórios através de matanças em massa, intimidação política, psicológica e econômica, criando nesses conflitos grandes fluxos de refugiados e pessoas deslocadas e explica também a razão do alvo ser sempre populações civis, dois exemplos facilmente observáveis no conflito ruandês:

Com a crise econômica em Ruanda (1992), muitos jovens Hutus que perderam seus empregos passaram a ser aproveitados em milícias civis que recebiam financiamento do governo para treinar táticas militares de ataques-surpresa, incêndio de casas, lançamento de granadas e confecção de porretes. A mais organizada e violenta delas era a *interahamwe* (“aqueles que atacam em grupo”), originada nas torcidas organizadas de futebol e patrocinada pelo governo, através do MRND.¹⁸ Na mesma proporção em que a RPF atacava povoados ao norte de Ruanda, a *interahamwe* se espalhava pelas cidades em volta da capital e se dividia em pequenos grupos que “defendiam e vigiavam” os bairros. O primeiro “trabalho profissional” da milícia Hutu aconteceu em março de 1992, quando foram “descobertos” panfletos do PL incitando a população Tutsi a matar os Hutus. A *interahamwe*, em ações de “autodefesa”, matou cerca de 300 Tutsis (o governo admitiu 182 mortes) em três dias na cidade de Bugesera, sul da capital¹⁵.

Impressiona, no caso do conflito ruandês, a rápida execução dos assassinatos de tutsis promovidas pelas milícias hutus bem como pelas forças armadas do governo ruandês. Os extermínios sistemáticos se deram praticamente em cem dias, tendo como ponto inicial o dia 6 de abril de 1994:

A última faísca necessária para que esse barril de pólvora explodisse aconteceu em 6 de abril de 1994, quando o avião que carregava o presidente Juvenal Habyarimana foi derrubado em circunstâncias que até hoje não foram elucidadas.

Com a morte do presidente, os “cem dias de genocídio” , como intitulou a mídia, haviam começado. Em apenas uma hora após a queda do avião, a capital Kigali já sofria com bloqueios nas ruas, e o extermínio de tutsis, hutus moderados e políticos contrários aos assassinatos em série já registrava vítimas.

A população recebia ordens pelo sistema de rádio e era bombardeada pela propaganda extremista anti-tutsi 24 horas por dia. As mensagens de ódio e encorajamento à população hutu para livrarem-se das “baratas” , como os programas se referiam ao tutsis,

¹⁴ MARQUES, Ivan Contente. Intervenções humanitárias: aspectos políticos, morais e jurídicos de um conceito em (trans) formação. 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. pag. 139

¹⁵ SILVA, Alexandre dos Santos. A Intervenção Humanitária em três quase-estados africanos: Somália, Ruanda e Libéria. 2004. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004 Pag. 75

passaram a transmitir informações sobre o paradeiro de grupos escondidos dessa etnia, facilitando o trabalho dos exterminadores¹⁶.

Assim que o massacre de civis tutsis e hutus moderado começou, as milícias hutus rapidamente se envolveram em um esforço de enfraquecer a legitimidade das forças de paz belgas que atuavam no país, utilizando para tanto o assassinato de dez soldados em 7 de abril de 1994. Cinco dias após o assassinato o governo belga anunciou a retirada de suas tropas de Ruanda alegando que a existência da UNAMIR “não fazia sentido nos termos do presente mandato” e que seus soldados estavam sendo expostos a um “risco inaceitável”

Por fim, cabe destacar o terceiro elemento de caracterização das novas guerras apontado anteriormente, qual seja, o da peculiaridade do financiamento dos conflitos armados. Segundo Kaldor, é muito comum que nesses conflitos as forças agressoras utilizem o tráfico de armas e drogas como fontes de financiamento, bem como negócios no mercado negro e ainda saques e pilhagem de recursos das populações atacadas.

Podemos observar no caso de Ruanda uma mistura desses elementos apontados pela autora, mesmo levando em conta que Ruanda não possui significantes recursos naturais e econômicos valiosos, como petróleo, diamante e ouro, como é comumente observado em conflitos no continente africano.

O genocídio foi financiado, em grande medida, com o dinheiro oriundo de supostos programas de ajuda internacionais, como o financiamento do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) através do Programa de Ajuste Estrutural. Calcula-se que US\$ 134 milhões foram gastos só na preparação do genocídio, sendo US\$ 4,6 milhões gastos somente com machetes, enxadas, machados, lâminas e martelos.

Estima-se que a França tenha fornecido às milícias aproximadamente seis milhões de dólares em armas entre 1992 e 1994. O envio se prolongou mesmo após o início do genocídio e a despeito das evidências de violações aos direitos humanos levadas a cabo pelo governo ruandês. Nem mesmo o embargo de armas, imposto em maio pela Resolução 918 do Conselho de Segurança, foi suficiente para conter o governo francês.

Como consequência da atuação francesa, a militarização externa de Ruanda foi um fator-chave para a intransigência dos governantes daquele Estado. A manutenção do apoio francês convenceu os extremistas que tal apoio continuaria a ser garantido no futuro¹⁷.

Segundo relatório da Human Right Watch (1999) Félicien Kabuga, um rico homem de negócio ruandês, teria dado importante apoio financeiro para as

¹⁶ MARQUES, Ivan Contente. Intervenções humanitárias: aspectos políticos, morais e jurídicos de um conceito em (trans) formação. 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Pag. 140.

¹⁷ Campos, Paula Drumond Rangel. A norma de combate ao genocídio na prática internacional: o caso ruandês. CADERNOS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, v. 1, n. 1, 2008. PUC-Rio. Rio de Janeiro. Pag. 13.

milícias hutus, inclusive comprando milhares de machetes que seriam posteriormente utilizadas nos massacres de civis tutsis:

Kabuga and his associates announced a fund to support the “youth” and contributed the first monies for the account. The committee called on the government to publicize this idea rapidly so that others could contribute. Within ten days, the project had been relayed to Washington and probably other foreign capitals as well. The Rwandan ambassador in Washington wrote Rwandan citizens resident in the U.S. and asked them to send contributions to an account he had established at Riggs National Bank. Within the country, prefects directed their subordinates, businessmen, and the heads of government departments to collect contributions for such a fund from the people under their authority. The contributions solicited by Kabuga from his immediate circle, 25 million Rwandan francs, about U.S.\$140,000, was divided among the prefectures and the Ministry of the Interior to allow each to establish its own account. Dr. Jean-Berchmans Nshimyumuremyi, the vice-rector of the National University of Rwanda, pressed faculty and staff of the university to contribute and within five days had more than 6 million Rwandan francs, about U.S.\$34,000 available for deposit in the local fund. The money was transferred from the university “Caisse d’Epargne,” the savings plan of university employees, suggesting that the vice-rector had taken some or all of it from this account. If so, he would have followed the model of the national government which apparently diverted money from the pension fund for state employees to pay the expenses of war.

The previous government had also solicited contributions to help pay the costs of war, but this fund was different because it was destined “to help civilians fight the enemy,” as wrote the prefect of Kibuye. The Ministry of Interior instructed that the money was to be used to pay the expenses of the militia, including their “refreshments,” meaning certainly the beer and, in some cases, drugs used to intoxicate the killers before an attack. The funds were meant also to buy traditional weapons and communications equipment and to pay the costs of transporting the militia (gasoline and the maintenance of vehicles) to the sites of their “operations.” The need for “refreshments” was so important that the prefect of Kibuye requested a police escort for a boat bringing beer from the BRALIRWA brewery in Gisenyi to remedy “the scarcity of drinks” in his prefecture. Before money became available through the fund, administrators were forced to find resources themselves to pay the costs of keeping militia active. The prefect of Kibuye emptied the MRND youth fund to pay transportation costs and the burgomaster of Taba used funds of the commune to buy food and beer for militia¹⁸.

Desta forma, a questão do financiamento das milícias atende bem o pressuposto das conexões transnacionais de apoio a grupos de luta armada dentro do contexto do conflito ruandês bem como das ações criminosas ligadas a própria dinâmica do conflito em si. Fica claro, assim, que a lógica do pressuposto teórico utilizado neste trabalho se aplica nos três elementos apontados a fim de se estabelecer uma conexão direta entre seus pressupostos e o que pôde ser observado ao longo do conflito em Ruanda.

¹⁸ Human Right Watch.. Report Leave none to tell the story. March, 1999. Pag. 355

CONCLUSÃO

As análises divulgadas pela grande mídia dão conta de um mero genocídio tribal, aonde hutus e tutsis disputavam poder – com boas doses de vingança – por causa de um presidente assassinado em 1994.

Nota-se que a oposição entre hutus e tutsis foi devidamente construída a partir da racialização da política de Ruanda, reflexo de sua colonização.

Segundo Kaldor, os objetivos das novas guerras são a respeito de políticas de identidade em contraste com objetivos geopolíticos ou ideológicos de guerras anteriores. Por políticas de identidade a autora entende a busca de poder com base em uma identidade particular, seja ela religiosa nacional ou linguística.

De uma forma geral todas as guerras envolvem um conflito de identidades, mas no caso das novas guerras essas identidades assumem uma roupagem diferente, adicionando-se às ideias sobre mudanças políticas e sociais a identificação de uma representação ideologizada e nostálgica do passado. Normalmente essas idealizações estão ligadas a um passado de opressão e controle, seja pelo colonialismo ou pelas amarras da Guerra Fria.

É muito comum o caso de “reinvenção” de certos valores e aspectos históricos devido à corrosão de outras fontes de legitimidade política. Desta forma, as novas identidades políticas surgiriam da desintegração ou erosão das estruturas do Estado moderno, especialmente dos autoritários e centralizadores. O colapso do comunismo pós-1989, a perda de legitimidade de Estados pós-coloniais na África e no Sul da Ásia ou mesmo o declínio do Estado de bem-estar social em países mais avançados e industrializados possibilitou a emergência de novas formas de identidade política. Essas novas identidades possuem duas fontes, sendo elas, a reação à crescente impotência e declinante legitimidade das classes políticas estabelecidas e a emergência do que pode ser denominado de “economia paralela”, ou seja, novas formas legais ou ilegais de ganhar a vida que surge entre os excluídos da sociedade e constitui uma forma de legitimar estas novas e obscuras atividades.

Em oposição à organização vertical dos aparatos militares das guerras usuais, as unidades que lutam os novos conflitos incluem diferentes tipos de grupos como unidades paramilitares, gangues criminosas, forças policiais, grupos mercenários e exércitos regulares. Em termos organizacionais, essas unidades são bem descentralizadas e operam através de um conjunto de confrontação e colaboração. Também são utilizados modernos meios de comunicação, como telefones celulares ou computadores interligados, a fim de coordenar, mediar e negociar com as díspares unidades de combate.

Por fim, o terceiro elemento de diferenciação entre as novas guerras e as guerras anteriores é a “economia de guerra globalizada”. A economia de guerra desses novos conflitos se caracteriza pela descentralização, em oposição à economia de guerra das duas guerras mundiais. Nas novas guerras, a produção doméstica declina dramaticamente devido à competição

global, destruição física ou interrupção do fluxo normal de comércio. Nessas circunstâncias, as unidades de luta se financiam através de saques e no mercado negro ou através de assistência externa. Essa “ajuda externa” se dá através de remessas de diásporas, “taxação” de ajuda humanitária, apoio de governos vizinhos ou tráfico ilegal de armas, drogas ou commodities como petróleo e diamante. Todas essas fontes só podem ser sustentadas através da violência continuada dando desta forma uma lógica de guerra ao funcionamento da economia.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história**. Disponível em: (<https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>)

Acesso em 08/10/19.

CAMPOS, Paula Drumond Rangel. A norma de combate ao genocídio na prática internacional: o caso ruandês. **Cadernos de relações internacionais**, v. 1, n. 1, 2008. PUC-Rio. Rio de Janeiro.

HUMAN RIGHTS WATCH. The Rwandan Genocide: How It Was Prepared. A Human Rights Watch Briefing Paper. 2006. Disponível em: <<https://www.hrw.org/legacy/backgrounder/africa/rwanda0406/rwanda0406.pdf>>

Acesso em 08/10/19.

_____. **Leave None to Tell the Story: Genocide in Rwanda**. Disponível em: <<https://www.hrw.org/legacy/reports/1999/rwanda/>> Acesso em 08/10

GALVÃO, Denise L. Camatari. **Conflitos armados e recursos naturais**: as 'novas' guerras na África. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). UnB, Brasília, DF. 2005

GOUREVITCH, Philip. **We wish to inform you that tomorrow we will be killed with our families**: stories from Rwanda. Londres: Picador, 1998

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: Organised Violence in a Global Era**. Cambridge/Stanford: Polity Press/Stanford UP. 206p. 1999

MARQUES, Ivan Contente. **Intervenções humanitárias**: aspectos políticos, morais e jurídicos de um conceito em (trans) formação. 2007. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

POWER, Samantha. **Genocídio - A Retórica Americana em Questão**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004, 693 páginas.

SILVA, Alexandre dos Santos. **A Intervenção Humanitária em três quase-estados africanos**: Somália, Ruanda e Libéria. 2004. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.